PREFEITURA DE
São Sebastião do Umbuzeiro
GOVERNO PARA TODOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº **00052/2021**
Licitação nº. **00011/2021**
Modalidade: **Pregão Presencial - SRP**
TIPO: **Menor Preço Por Item**

Objeto:

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material para construção a fim de suprir as demandas operacionais das Secretarias desta Municipalidade

LOCAL: Sala da CPL, Sede da Prefeitura Municipal de S. S. do Umbuzeiro - PB
Data da sessão: 15/09/2021
Horário: 09h00min

Endereço:
Rua Frei Fernando, s/n,
Centro - CEP: 58.510-000
São Sebastião do Umbuzeiro/PB
Tel.: (83) 3304-1222

Home Page:
www.ssdoumbuzeiro.pb.gov.br

E-mail:
licitacaossdoumbuzeiro@gmail.com

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00052/2021
LICITAÇÃO Nº. 00011/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO

Órgão Realizador do Certame:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO
RUA FREI FERNANDO, S/N - CENTRO - SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO - PB.
CEP: 58510–0000 - E-mail: licitacaossdoumbuzeiro@gmail.com - Tel.: (083) 33041222.

O edital deverá conter, no PREÂMBULO, os dados fundamentais acerca da licitação. Essas informações destinam-se a permitir que qualquer interessado, mediante simples e rasa leitura, identifique o certame, verifique eventual interesse em dele participar e tenha ciência acerca do local onde poderá obter maiores informações. Para tanto, deve identificar a unidade administrativa de que é oriundo e o regime jurídico que norteará o procedimento licitatório (modalidade, regime de execução e tipo de licitação). Ou seja, é necessária uma sumária descrição do contrato a que se destina a licitação. A alusão a ser a licitação regida por essa Lei destina-se a permitir que qualquer dúvida seja superada. A indicação de data, horário e local de entrega da documentação e das propostas visa a informar ao interessado do prazo de que dispõe para preparar-se. A alusão ao momento de início da abertura dos envelopes é importante por se constituir em direito do interessado comparecer a essa solenidade.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 09.074.998/0001–43, doravante **denominado simplesmente ORC**, e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro Oficial assessorado por sua Equipe de Apoio, **às 09:00 horas do dia 15 de Setembro de 2021** no endereço acima indicado, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 00011/2021, tipo menor preço, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Decreto Municipal nº 010, de 31 de Outubro de 2007; Decreto Municipal nº 002, de 13 de Março de 2013; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material para construção a fim de suprir as demandas operacionais das Secretarias desta Municipalidade**.

1.0.DO OBJETO
1.1.Constitui objeto da presente licitação: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material para construção a fim de suprir as demandas operacionais das Secretarias desta Municipalidade**.
1.2.As especificações do objeto ora licitado, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, onde consta, inclusive, a estimativa de quantidades a

serem contratadas pelo ORC. O presente certame objetiva selecionar a proposta mais vantajosa visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras.
1.3.O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo IV e nas condições previstas neste instrumento.
1.4.Os preços registrados neste procedimento, terão a validade de 12(doze) meses, a partir da data de publicação do extrato da Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, e a execução do objeto ora licitado será de acordo com as necessidades do ORC no referido período.
1.5.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material para construção a fim de suprir as demandas operacionais das Secretarias desta Municipalidade –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.
1.6.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, por estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, do mesmo diploma legal.

2.0.DO LOCAL E DATA E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

A Lei 8.666/1993 determina que o silêncio do interessado acerca do vício do edital acarreta-lhe a impossibilidade de argui-lo posteriormente. Qualquer vício deve ser objeto de imediato protesto por parte do licitante, sob pena de o silêncio constituir obstáculo a posterior questionamento.

Jurisprudência do STF

"A Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital [art. 37, XXI, da CF/1988 e arts. 3.º, 41 e 43, V, da Lei 8.666/1993], sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto" (MS-AgR 24.555/DF, 1.ª T., rel. Min. Eros Grau, j. em 21.02.2006, DJ de 31.03.2006).

2.1.**Os envelopes contendo a documentação relativa à proposta de preços e a habilitação para execução do objeto desta licitação, deverão ser entregues ao Pregoeiro até as 09:00 horas do dia 15 de Setembro de 2021, no endereço constante do preâmbulo deste instrumento. Neste mesmo local, data e horário será realizada a sessão pública para abertura dos referidos envelopes**.
2.2.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 13:00 horas. E-mail: licitacaossdoumbuzeiro@gmail.com.
2.3.Qualquer pessoa – cidadão ou licitante – poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste certame, se manifestada por escrito e dirigida ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.
2.4.Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração deste ato convocatório e seus anexos, decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, considerado da data em que foi devidamente recebido o pedido.
2.5.A respectiva petição será apresentada da seguinte forma:
2.5.1.Protocolizando o original, nos horários de expediente acima indicados, exclusivamente no seguinte endereço: Rua Frei Fernando, S/N - Centro – São Sebastião do Umbuzeiro - PB.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes, serão fornecidos os seguintes elementos:
3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;
3.1.2.ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES;
3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – HABILITAÇÃO;
3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

3.1.5.ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO.
3.2.A obtenção do Edital poderá ser feita da seguinte forma:
3.2.1.Junto ao Pregoeiro: gratuitamente; e
3.2.2.Pelos sites: http://www.ssdoumbuzeiro.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br.

4.0.DO SUPORTE LEGAL
4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; **Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013 c/c Decreto 9.488, de 30 de agosto de 2018**; Decreto Municipal nº 002, de 13 de Março de 2013; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOTAÇÃO
5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:
Entrega: 5 (cinco) dias.
5.2.O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência1, anexo a este instrumento. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do ORC ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.
5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura.
5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

> *Registro de preços prescinde de dotação orçamentária, conforme Art, 7º, § 2º do Decreto Nº 7.892/2013: [...] § 2.º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.*
>
> *Na licitação para o registro de preços, não se faz necessária a indicação da dotação orçamentária pela qual correrão as despesas previstas. Assim se passa porque o registro de preços é uma promessa de contratação. Somente quando houver o aperfeiçoamento posterior de um contrato administrativo, fundado na ata de registro de preços, é que será necessária a indicação da dotação orçamentária. No entanto, não se admite que o SRP seja um instrumento para práticas destituídas de qualquer compromisso com a efetiva contratação.*
>
> *A desnecessidade de indicação da rubrica orçamentária para a realização da licitação não significa a possibilidade de participação sem qualquer perspectiva de futura contratação. Portanto, é indispensável que o órgão gerenciador e os órgãos participantes demonstrem a viabilidade e a expectativa de alocação de verbas. Ou seja, será nula a licitação quando houver impossibilidade de contratações futuras fundadas no registro de preços por ausência de perspectiva concreta de recursos orçamentários.*

5.5.Quando a validade da Ata de Registro de Preço ultrapassar o exercício financeiro atual, as despesas decorrentes de eventuais contratações futuras, correrão por conta das respectivas dotações previstas no orçamento do exercício financeiro posterior.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
6.1.Os proponentes que desejarem participar deste certame deverão entregar ao Pregoeiro dois envelopes fechados indicando, respectivamente, PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTAÇÃO, devidamente identificados, acompanhados da respectiva declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, nos termos definidos neste instrumento convocatório.

6.2.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.
6.3.Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o ORC.
6.4.Os licitantes que desejarem enviar seus envelopes Proposta de Preços e Documentação via postal - com Aviso de Recebimento AR -, deverão remetê-los em tempo hábil ao endereço constante do preâmbulo deste instrumento, aos cuidados do Pregoeiro - Leandro Augusto Alves Silva. Não sendo rigorosamente observadas as exigências deste item, os respectivos envelopes não serão aceitos e o licitante, portanto, desconsiderado para efeito de participação no certame.
6.5.Quando observada a ocorrência da entrega apenas dos envelopes junto ao Pregoeiro, sem a permanência de representante credenciado na respectiva sessão pública, ficará subentendido que o licitante abdicou da fase de lances verbais.
6.6.É vedada à participação em consórcio.

7.0.DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

> *[...] O credenciamento tem como finalidade única viabilizar aos licitantes que se manifestem formalmente durante o certame, especialmente no que tange à apresentação de lances verbais e à manifestação quanto à intenção de recorrer.*

7.1.O licitante deverá se apresentar, para credenciamento junto ao Pregoeiro, quando for o caso, através de um representante, com os documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do certame na forma prevista neste instrumento, podendo ser substituído posteriormente por outro devidamente credenciado.
7.2.Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
7.2.1.Tratando-se do representante legal: o instrumento constitutivo da empresa na forma da Lei, quando for o caso, devidamente registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
7.2.2.Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular da qual constem os necessários poderes para formular verbalmente lances, negociar preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame; acompanhada do correspondente instrumento de constituição da empresa, quando for o caso, que comprove os poderes do mandante para a outorga. Na hipótese de procuração seja particular **deverá ser reconhecida a firma em cartório do respectivo signatário.**
7.2.3.O representante legal e o procurador deverão identificar-se apresentando documento oficial que contenha foto.
7.3.Estes documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro - antes do início da sessão pública - em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio.
7.4.A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de qualquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação ativa do representante do licitante no presente certame. Esta ocorrência não inabilitará sumariamente o concorrente, apenas perderá o direito a manifestar-se nas correspondentes fases do processo licitatório. Para tanto, o Pregoeiro receberá regularmente do referido concorrente seus envelopes, declarações e outros elementos necessários à participação no certame, desde que apresentados na forma definida neste instrumento.
7.5.No momento de abertura da sessão pública, cada licitante, por intermédio do seu representante devidamente credenciado entregará ao Pregoeiro, em separado de qualquer dos envelopes, a seguinte documentação:
7.5.1.Declaração de Elaboração Independente de Proposta - Anexo II.
7.5.2.Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo - Anexo III; e
7.5.3.Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da Lei 123/06, se for o caso, sendo considerado microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificando na forma definida pela legislação vigente. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) declaração

expressa formalmente assinada por profissional da área contábil, devidamente habilitado; b) certidão simplificada emitida pela junta comercial da sede do licitante ou equivalente, na forma da legislação pertinente. A ausência da referida declaração ou certidão simplificada, apenas neste caso para comprovação do enquadramento na forma da legislação vigente, não é suficiente motivo para a inabilitação do licitante, apenas perderá, durante o presente certame, o direito ao tratamento diferenciado e simplificado dispensado a ME ou EPP, previstos na Lei 123/06:
7.5.3.1.O Pregoeiro poderá promover diligência, na forma do Art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, destinada a esclarecer se o licitante é, de fato e de direito, considerado microempresa ou empresa de pequeno porte.
7.6.Quando os envelopes Proposta de Preços e Documentação forem enviados via postal, a documentação relacionada nos itens 7.5.1, 7.5.2 e 7.5.3 deverá ser apresentada dentro do envelope Proposta de Preços.

8.0.DA PROPOSTA DE PREÇOS
8.1.A proposta deverá ser apresentada em 01(uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO
PROPOSTA DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00011/2021
NOME PROPONENTE
ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE

O ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter os seguintes elementos:

*É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público. – (**Acórdão 2239/2018 Plenário, Representação, Relator Ministra Ana Arraes).***

*Antes de ter sua proposta desclassificada por inexequibilidade, ao licitante deve ser franqueada oportunidade de defendê-la e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório. Isso é o que diz o acórdão 1244/2018. **(Plenário do relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer).***

*O **Acórdão 3092/2014 TCU** Plenário revela que não cabe ao pregoeiro ou à comissão de licitação declarar subjetivamente a inexequibilidade da proposta de licitante, ao passo que a desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados.*

*A inexequibilidade deve ser cabalmente demonstrada, não podendo ocorrer a desclassificação da proposta sem que o licitante tenha sido consultado para demonstrar a viabilidade da execução contratual. Inúmeros são **os acórdãos do TCU neste sentido, em especial 1079/2017, 1092/2013, 571/2013, 2528/2012, 1426/2010 todos do Plenário***

8.2.Proposta elaborada em consonância com as especificações constantes deste instrumento e seus elementos – Anexo I –, em papel timbrado da empresa, quando for o caso, assinada por seu representante legal, contendo no correspondente item cotado: discriminação, marca e/ou modelo e outras características se necessário, quantidade e valores unitário e total expressos em algarismos.
8.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais. Indicação em contrário está sujeita a correção observando–se os seguintes critérios:
8.3.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;
8.3.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que 5, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais itens excedentes suprimidos.

8.4.A quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, não deverá ser inferior a 100% da estimativa detalhada no correspondente Termo de Referência – Anexo I. Disposição em contrário não desclassifica automaticamente a proposta apenas o respectivo item será desconsiderado.
8.5.A Proposta deverá ser redigida em língua portuguesa e em moeda nacional, elaborada com clareza, sem alternativas, rasuras, emendas e/ou entrelinhas. Suas folhas rubricadas e a última datada e assinada pelo responsável, com indicação: do valor total da proposta em algarismos, dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento, da sua validade que não poderá ser inferior a 60 dias, e outras informações e observações pertinentes que o licitante julgar necessárias.
8.6.Existindo discrepância entre o preço unitário e o valor total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá.
8.7.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto ou serviço, prevalecerá o de menor valor.
8.8.No caso de alteração necessária da proposta feita pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, decorrente exclusivamente de incorreções na unidade de medida utilizada, observada a devida proporcionalidade, bem como na multiplicação e/ou soma de valores, prevalecerá o valor corrigido.
8.9.A não indicação na proposta dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento ou de sua validade, ficará subentendido que o licitante aceitou integralmente as disposições do ato convocatório e, portanto, serão consideradas as determinações nele contidas para as referidas exigências não sendo suficiente motivo para a desclassificação da proposta.
8.10.É facultado ao licitante, apresentar a proposta no próprio modelo fornecido pelo ORC, desde que esteja devidamente preenchido.
8.11.Nas licitações para aquisição de mercadorias o participante indicará a origem dos produtos ofertados. A eventual falta da referida indicação não desclassificará o licitante.
8.12.Será desclassificada a proposta que deixar de atender as disposições deste instrumento.
8.13.**A Empresa participante deste Pregão Presencial deverá apresentar no Envelope 01 juntamente com a Proposta de Preços impressa, a Proposta de Preços em mídia eletrônica tipo "Pen Drive", no formato de planilha (Excel), obrigatoriamente seguindo sequência da minuta da proposta de preços sem supressão dos itens não cotados, visando agilizar o processo de classificação".**

9.0.DA HABILITAÇÃO
9.1.Os documentos necessários à habilitação dos licitantes, deverão ser apresentados em 01 (uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO
DOCUMENTAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00011/2021
NOME PROPONENTE
ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE

O ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO deverá conter os seguintes elementos:

> *[...] Art. 27, da lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:*

9.2. Art. 28, Lei Federal 8.666/93 - A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso, consistirá em:

> *[...] É impossível dispensar o particular de comprovar os requisitos de habilitação jurídica. O tema não tem pertinência com a disciplina da licitação propriamente dita. Sob o título "habilitação jurídica", indicam-se os pressupostos jurídicos indispensáveis à validade da contratação. Logo, sequer se trata de examinar se o sujeito é suficientemente "idôneo" para executar o objeto licitado. Trata-se de apurar se o sujeito pode praticar os chamados "atos da vida civil"*

9.2.1.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.2.Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br
9.2.3.No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
9.2.4. Cópia da(s) cédula(s) de identidade do(s) sócio(s) ou titulares da empresa;
9.2.5.Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
9.2.6.No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
9.2.7.No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
9.2.8.No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
9.2.9.Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.3. Art. 29, Lei 8.666/93 - A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, conforme o caso, consistirá em:

> *A exigência de regularidade fiscal representa forma indireta de reprovar a infração às leis fiscais.*
>
> *[...] Ademais, a contratação, pelo Poder Público, de empresa em situação de irregularidade fiscal representa violação ao princípio da moralidade administrativa, pois haverá a concessão de benefício àquele que descumpre preceitos legais. Observa-se, ainda, que a condição de regularidade fiscal deverá ser mantida durante toda a execução do contrato e comprovada a cada pagamento efetuado. Nota-se, assim, que a exigência em questão alcança não só o procedimento licitatório, mas a contratação em si. Caso a Administração exigisse a regularidade fiscal somente dos contratados mediante procedimento licitatório, estaria conferindo tratamento mais favorável àqueles que foram contratados sem licitação. Por conseguinte, haveria flagrante violação do princípio constitucional da igualdade.*

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ com data de emissão inferior a 30 (trinta) dias; e Quadro de Sócios e Administradores (QSA), quando a natureza permitir a emissão deste;
9.3.2.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda , mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda;
9.3.3.Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
9.3.4.Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
9.3.5.Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
9.3.6.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
9.3.7.Os licitantes que se enquadrarem na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua regularidade fiscal, a fim de que possa ser aplicado o disposto do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 Decreto 8.538/2015.

Havendo restrição na regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 147/2014, Decreto 8.538/2015.

9.4. Art. 30, Lei 8.666/93 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA limitar-se-á a:

[...] A expressão "qualificação técnica" tem grande amplitude de significado. Em termos sumários, consiste no domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado. Isso abrange, inclusive, a situação de regularidade em face de organismos encarregados de regular determinada profissão. Na ordenação procedimental tradicional, essa qualificação técnica deverá ser investigada em fase anterior ao exame das propostas e não se pode nem sequer admitir a formulação de propostas por parte de quem não dispuser de condições técnicas de executar a prestação.

9.4.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

[...]Quando falamos em atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público, não há o que falar na obrigatoriedade de que o mesmo possua firma reconhecida, uma vez que os documentos emitidos por servidor público têm fé pública conforme estabelece nossa carta magna, vejamos:
Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[..] omissis

II – recusar fé aos documentos públicos

9.4.1.1 Em caso de dúvidas sobre a autenticidade dos atestados, a administração poderá diligenciar junto aos órgãos e/ou entidades emitentes do mesmo.
9.4.1.1.1. Os atestados <u>*PODERÃO*</u> ser diligenciados de acordo com o parágrafo 3º do art. 43, da Lei 8.666/93 (§3º do art. 43, da Lei 8.666/93).

(...) §3º do art. 43, da Lei 8.666/93) - É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente da proposta).

<u>*Jurisprudência do TCU*</u>

"1. A diligência é uma providência administrativa para confirmar o atendimento pelo licitante de requisitos exigidos pela lei ou pelo edital, seja no tocante à habilitação seja quanto ao próprio conteúdo da proposta.

*2. Ao constatar incertezas sobre cumprimento das disposições legais ou editalícias, especialmente as dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências, conforme o disposto no art. 43, § 3.º, da Lei 8.666/1993, para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para tomada de decisão da Administração nos procedimentos licitatórios" (**Acórdão 3.418/2014, Plenário, rel. Min. Marcos Bemquerer**).*

9.5.Art. 31, Lei 8.666/93 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA limitar-se-á a:

A qualificação econômico-financeira corresponde à disponibilidade de recursos econômico-financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação. Excetuadas as hipóteses de pagamento antecipado, incumbirá ao contratado executar com recursos próprios o objeto de sua prestação. Somente perceberá pagamento, de regra, após recebida e aprovada a prestação pela Administração Pública. O interessado deverá dispor de recursos financeiros para custeio das despesas (mão de obra, matérias-primas, maquinário, tecnologia) necessárias ao cumprimento das obrigações advindas do contrato. Aquele que não dispuser de recursos para tanto não será titular de direito de licitar, pois a carência de recursos faz presumir a inviabilidade da execução satisfatória do contrato e a impossibilidade de arcar com as consequências de eventual inadimplemento

9.5.1.**CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, DE CONCORDATA, DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL** (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

[...]Questão federal da necessidade de certidão negativa de concordata ou falência para a comprovação da qualificação econômico-financeira: para qualquer habilitação em licitação será exigida, documentação sobre a qualificação econômico-financeira (art. 27, III, Lei 8.666/1993), e essa documentação será limitada à certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (art. 31, II, da Lei n. 8.666/93)" (REsp 351.512/SP, 2.ª T., rel. Min. Humberto Martins, j. em 13.02.2007, DJ de 27.02.2007).

Balanço Patrimonial não é obrigatório em todas as licitações.
[Acórdão 1371/2019 – TCE/PR Pleno, Representação, Conselheiro Relator ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO].

9.6.Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos apresentados pelo licitante, e ainda nos seguintes cadastros:
9.6.1.Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br);
9.6.2.Cadastro de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
9.6.3.Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0 e/ou Certidões Consolidada da Administração Pública Federal (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br).
9.6.4.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.6.5.**Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas**.

9.7. SOB PENA DE INABILITAÇÃO, OS DOCUMENTOS APRESENTADOS DEVERÃO ESTAR:

9.7.1. Em nome da licitante, com número do CNPJ, bem assim com o endereço respectivo;

9.7.2. Datados dos últimos 30 (trinta) dias até a data de abertura dos envelopes contendo as Propostas e documentação, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor ou neste edital.

9.7.3. Não se enquadram no prazo de que trata o item anterior os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade técnica.

9.7.4. Os documentos exigidos neste pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticada por Cartório competente, pelo pregoeiro ou por servidor da Comissão de Licitação ou mediante publicação em órgão da Imprensa Oficial.

9.7.5. Os documentos previstos nesta licitação poderão ser autenticados pelo Pregoeiro ou por servidor da Comissão de Licitação, a partir do original, antes do início da sessão.

(ART.32 DA LEI 8.666/93 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial).

9.7.6. Serão aceitas somente cópias legíveis;

9.7.7. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

9.7.8. O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário;

9.7.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital;

9.7.10 O licitante que alegar estar desobrigado da apresentação de qualquer um dos documentos exigidos na fase habilitatória deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor.

9.7.11. CASO A EMPRESA LICITANTE DEIXE DE APRESENTAR ALGUMA DECLARAÇÃO, O PREGOEIRO RESERVA-SE O DIREITO DE AUTORIZAR QUE O REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LICITANTE, TENDO PODERES PARA TAL, O FAÇA DE PRÓPRIO PUNHO.

9.8.Os documentos de Habilitação deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por um índice correspondente, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio ou publicação em órgão da imprensa oficial, quando for o caso. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas, dentro do prazo de validade, e encerrados em envelope devidamente lacrado e indevassável. Por ser apenas uma formalidade que visa facilitar os trabalhos, a ausência do índice de que trata este item, não inabilitará o licitante.

9.9.**A falta de qualquer documento exigido, o seu vencimento, a ausência das cópias devidamente autenticadas ou das vias originais para autenticação pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio ou da publicação em órgão na imprensa oficial, a apresentação de documentos de habilitação fora do envelope específico, tornará o respectivo licitante inabilitado. Quando o documento for obtido via Internet sua legalidade será comprovada nos endereços eletrônicos correspondentes. Poderão ser utilizados, a critério do Pregoeiro os documentos cadastrais de fornecedores, constantes dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelos licitantes, quando for o caso**.

10.0.DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

10.1.Na seleção inicial das propostas para identificação de quais irão passar a fase de lances verbais e na classificação final, observadas as exigências e procedimentos definidos neste instrumento convocatório, será considerado o critério de menor preço apresentado para o correspondente item.

10.2.Havendo igualdade de valores entre duas ou mais propostas escritas, e após obedecido o disposto no Art. 3º, § 2º, da Lei 8.666/93, a classificação inicial para a fase de lances verbais, se fará através de sorteio.

10.3.Na presente licitação - fase de lances -, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.4.Para efeito do disposto neste instrumento, entende-se por empate - fase de lances -, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.
10.5.Ocorrendo a situação de empate - fase de lances - conforme acima definida, proceder-se-á da seguinte forma:
10.5.1.A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão
10.5.2.Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as demais remanescentes que por ventura se enquadrem na situação de empate acima definida, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito;
10.5.3.No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido como situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
10.6.Na hipótese de não-contratação nos termos acima previstos, em que foi observada a situação de empate e assegurado o tratamento diferenciado a microempresa e empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
10.7.A situação de empate - fase de lances -, na forma acima definida, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.0.DA ORDEM DOS TRABALHOS
11.1.Para o recebimento dos envelopes e início dos trabalhos será observada uma tolerância de 10 (dez) minutos após o horário fixado. Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.
11.2.Declarada aberta à sessão pública pelo Pregoeiro, será efetuado o devido credenciamento dos interessados. Somente participará ativamente da reunião um representante de cada licitante, podendo, no entanto, ser assistida por qualquer pessoa que se interessar.
11.3.O não comparecimento do representante de qualquer dos licitantes não impedirá a efetivação da reunião, sendo que, a simples participação neste certame implica na total aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.
11.4.Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e/ou substituição dos envelopes ou de qualquer elemento exigido e não apresentado na reunião destinada ao recebimento das propostas de preços.
11.5.O Pregoeiro receberá de cada representante os envelopes Proposta de Preços e Documentação e a declaração, separada de qualquer dos envelopes, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
11.6.Posteriormente abrirá os envelopes Propostas de Preços, rubricará o seu conteúdo juntamente com a sua Equipe de Apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências constantes no instrumento convocatório e solicitará dos licitantes que examinem a documentação neles contidas.
11.7.**Prosseguindo os trabalhos, o Pregoeiro analisará os documentos e as observações porventura formuladas pelos licitantes, dando-lhes ciência, em seguida, da classificação inicial, indicando a proposta de menor preço e aquelas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor valor, para cada item cotado. Entretanto, se assim julgar necessário, poderá divulgar o resultado numa nova reunião.**

> *[...] Não se exige que a decisão acerca dos documentos seja imediata nem que os trabalhos da Comissão façam-se publicamente, em sessão ininterrupta. A Comissão usualmente necessita de tempo e tranquilidade para exame dos documentos. Após abertos os envelopes, os trabalhos podem prosseguir de modo contínuo. Essa opção depende da complexidade do caso concreto, tendo em vista as exigências previstas no edital e o número de concorrentes que se apresentaram. Se o edital previr diligências ou outras providências, inexistirá faculdade para a Comissão prosseguir. Se a decisão acerca da documentação não for proferida imediatamente, suspendem-se os trabalhos e a ata respectiva é lavrada. A Comissão dará sequência ao exame dos documentos, sem necessidade de fazê-lo em sessões públicas.*

O exame dos documentos da fase de habilitação deve ser minucioso e detalhado. Não se admite exame meramente formal, que se satisfaça com a constatação de que os documentos referidos no edital foram apresentados. A Comissão deverá verificar a regularidade formal dos documentos, investigando inclusive sua autenticidade. O próprio conteúdo dos documentos deve ser verificado. As demonstrações financeiras terão de ser analisadas para comprovar se foram elaboradas segundo os princípios contábeis geralmente aceitos e se comprovam a idoneidade financeira. As declarações e documentos sobre capacitação técnica devem ser investigados em profundidade.

Existindo dúvidas acerca do conteúdo de declarações fornecidas por terceiros, a Comissão pode solicitar-lhes esclarecimentos ou, mesmo, comprovação do que afirmaram. Essas providências podem ser necessárias para afastar declarações meramente de favor

11.8.Não havendo para cada item licitado pelo menos três propostas nas condições acima definidas, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

11.9.Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes dos licitantes inicialmente classificados, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço. Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se fizerem necessárias. Esta etapa poderá ser interrompida, marcando-se uma nova sessão pública para continuidade dos trabalhos, a critério do Pregoeiro.

11.10.Não serão aceitos lances com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado, e deverão ser efetuados em unidade monetária nacional. A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante apenas da etapa de lances verbais para o correspondente item cotado e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de classificação final das propostas.

11.11.Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

11.12.Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação somente do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias. Constatado o atendimento pleno das exigências fixadas no instrumento convocatório, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo item, objeto deste certame, após o transcurso da competente fase recursal, quando for o caso.

11.13.Se a oferta não for aceitável ou se o licitante não atender as exigência habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as disposições do instrumento convocatório.

11.14.Os licitantes que aceitarem cotar seus itens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, serão devidamente relacionados na Ata de Registro de Preços na forma de anexo, objetivando a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado, nas hipóteses previstas na norma vigente. Se houver mais de um licitante nesta situação, a classificação se dará segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

11.15.Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e licitantes presentes.

11.16.Em decorrência da Lei Complementar 123/06, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, observando-se o seguinte procedimento:

11.16.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de Habilitação e integrantes do envelope Documentação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.16.2.Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério do ORC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão da eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

11.16.3.A não-regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei 8.666/93, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
11.17.Os documentos apresentados pelos licitantes no Credenciamento e os elementos constantes dos envelopes Proposta de Preços e Documentação que forem abertos, serão retidos pelo Pregoeiro e anexados aos autos do processo. No mesmo contexto, o envelope Documentação, ainda lacrado, do licitante desclassificado ou que não logrou êxito na etapa competitiva que não for retirado por seu representante legal no prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos da data de homologação do presente certame, será sumariamente destruído.

12.0.DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS
12.1.Havendo proposta ou lance vencedor com valor para o respectivo item relacionado no Anexo I - Termo de Referência - Especificações, na coluna código:
12.1.1.Com indícios que conduzam a uma presunção relativa de inexequibilidade, pelo critério definido no Art. 48, II, da Lei 8.666/93, em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, poderá ser dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 03 (três) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços, conforme parâmetros do mesmo Art. 48, II, sob pena de desconsideração do item.
12.2.Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente.
12.3.O valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto da presente licitação - Valor de Referência -, está devidamente informado neste instrumento convocatório - Anexo I.

13.0.DOS RECURSOS
13.1.Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, observando-se o disposto no Art. 4º, Inciso XVIII, da Lei 10.520/02.
13.2.O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
13.3.A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
13.4.Decididos os recursos, a autoridade superior do ORC fará a adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.
13.5.O recurso será dirigido à autoridade superior do ORC, por intermédio do Pregoeiro, devendo ser protocolizado o original, nos horários normais de expediente das 08:00 as 13:00 horas, exclusivamente no seguinte endereço: Rua Frei Fernando, S/N - Centro – São Sebastião do Umbuzeiro - PB.

14.0.DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
14.1.Concluído a fase competitiva, ordenada às propostas apresentadas, analisada a documentação de habilitação e observados os recursos porventura interpostos na forma da legislação vigente, o Pregoeiro emitira relatório conclusivo dos trabalhos desenvolvidos no certame, remetendo-o a autoridade superior do ORC, juntamente com os elementos constitutivos do processo, necessários à Adjudicação e Homologação da respectiva licitação, quando for o caso.
14.2.A autoridade superior do ORC poderá, no entanto, tendo em vista sempre a defesa dos interesses do ORC, discordar e deixar de homologar, total ou parcialmente, o resultado apresentado pelo Pregoeiro, revogar ou considerar nula a Licitação, desde que apresente a devida fundamentação exigida pela legislação vigente, resguardados os direitos dos licitantes.

15.0.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
15.1.Homologada a licitação pela autoridade superior do ORC, será formalizada a correspondente Ata de Registro de Preços, documento vinculativo, obrigacional, onde constarão os preços a serem praticados para os correspondentes itens, os órgãos integrantes e respectivos fornecedores, com características de compromisso dos mesmos, se convocados, virem celebrar o contrato ou documento equivalente, para execução do objeto licitado, nas condições definidas neste instrumento e seus anexos e propostas apresentadas.
15.2.**A convocação para assinatura da referida Ata será feita com antecedência mínima de 05 (cinco) dias consecutivos, prorrogáveis por igual período, quando durante o seu transcurso for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo devidamente justificado. Colhidas as assinaturas, deverá ser publicado o seu extrato na imprensa oficial.**

"A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.";

Art. 7º da Lei nº 10.520/2002:

"Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais."

E Ainda, Acórdão TCU 2167/2008:

"É dever da administração pública, sempre que se mostrar demorada a tramitação do processo licitatório pertinente, obter das empresas envolvidas a prorrogação do prazo de validade de suas propostas pelo tempo necessário, podendo no entanto a conduta do gestor faltoso nesse dever, ausentes elementos que demonstrem a má-fé ou a omissão desidiosa e injustificada, ser atenuada pela presunção de manutenção das propostas por parte das empresas, por serem elas as principais interessadas na contratação. 2. De acordo com o art. 64 da nº Lei 8.666/1993, não se admite a recusa do adjudicatário em celebrar o contrato para o qual se candidatou, sob pena das sanções previstas em lei; no entanto, a convocação fora do prazo de sessenta dias da data da apresentação das propostas, sem que tenha havido prorrogação expressa do referido prazo por parte das licitantes, as libera dos compromissos assumidos, nos estritos termos do § 3º do mesmo dispositivo".

15.3.Caso o fornecedor primeiro colocado, após convocação, não comparecer ou recusar a assinar a Ata, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste instrumento, serão convocados os demais licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, mantido o preço do primeiro classificado no certame. O fornecedor com preço registrado, passará a ser denominado Detentor da Ata de Registro de Preços, após sua devida publicação.
15.4.Será incluído, na respectiva Ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, objetivando a formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, nas seguintes hipóteses:
15.4.1.O registro do fornecedor for cancelado em decorrência de:
15.4.1.1.Descumprir as condições da ata de registro de preços;
15.4.1.2.Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo ORC, sem justificativa aceitável;
15.4.1.3.Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
15.4.1.4.Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do Art. 87 da Lei 8.666/93, ou no Art. 7º da Lei 10.520/02.
15.4.2.O cancelamento do registro de preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:
15.4.2.1.Por razão de interesse público; ou
15.4.2.2.A pedido do fornecedor.

15.5.Na ocorrência de cancelamento do registro de preços para determinado item, poderá o ORC proceder à nova licitação para efetivar a correspondente contratação, sem que caiba direito a recurso ou indenização.
15.6.Serão registrados na Ata:
15.6.1.Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva; e
15.6.2.Na forma de anexo, os licitantes que aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame. O referido anexo consiste na correspondente Ata de realização da sessão pública desta licitação.
15.6.3.A ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata deverá ser respeitada nas contratações.
15.7.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do Art. 65 da Lei 8.666/93.
15.8.A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
15.9.Decorrido o prazo de validade da proposta apresentada, sem que haja convocação para a assinatura da Ata, os licitantes estarão liberados dos compromissos assumidos.
15.10.A referida Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.
15.11.As contratações que se enquadrarem nas situações elencadas no Art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações, poderão ter sua duração prorrogada, observado os prazos estabelecidos na legislação e as disposições deste instrumento e seus anexos, devendo ser dimensionada com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para o ORC.

16.0.DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA
16.1.A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do ORC, através do Departamento de Compras, atuando como Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.
16.2.Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando os preços praticados para os respectivos itens registrados, nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

17.0.DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
17.1.A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada:
17.1.1.Pelo ORC, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle da ata de registro de preços, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
17.1.2.Por órgãos ou entidades da administração pública não participantes do presente certame, atendidos os requisitos deste instrumento convocatório, que fizerem adesão à ata de registro de preços, mediante a anuência do órgão gerenciador:
17.1.2.1.Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
17.1.2.2.Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
17.1.2.3. **As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a CINQUENTA POR CENTO DOS QUANTITATIVOS dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, com fulcro no Decreto Federal Nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, conforme segue:**

> *Art. 1º O Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:*
>
> *"Art. 22. .....*
>
> *[...] omissis*

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

17.1.2.4.**O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao DOBRO DO QUANTITATIVO DE CADA ITEM REGISTRADO na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem**, **com fulcro no Decreto Federal Nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, conforme segue:**

Art. 1º O Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 22. .....

[...] omissis

§ 4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

;

17.1.2.5.Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;

17.1.2.6.Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

17.2.O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

18.0.DA CONTRATAÇÃO

18.1.As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e nas disposições do Art. 62, da Lei 8.666/93, e a contração será formalizada por intermédio de:

18.1.1.Pedido de Compra quando o objeto não envolver obrigações futuras, inclusive assistência e garantia.

18.1.2.Pedido de Compra e Contrato, quando presentes obrigações futuras.

18.2.O prazo para retirada do Pedido de Compra, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.

18.3.O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Pedido de Compra e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.

18.4.Não atendendo à convocação para retirar o Pedido de Compra, e ocorrendo esta dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

18.5.É permitido ao ORC, no caso do licitante vencedor não comparecer para retirar o Pedido de Compra no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis.

18.6.O contrato ou instrumento equivalente, decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.

18.7.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93; e realizado na forma de fornecimento parcelada.

18.8.A supressão do item registrado poderá ser total ou parcial, a critério do gerenciador do sistema, considerando-se o disposto no Art. 15, § 4º, da 8.666/93.

19.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1.Quem, convocado dentro do prazo de validade da respectiva ata de registro de preços, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar–se de modo inidôneo, declarar informações falsas ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF do Governo Federal e de sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

19.2.As referidas sanções descritas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração.

19.3.A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87, da Lei 8.666/93: a – advertência; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d – simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.

19.4.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

19.5.Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar–se–á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado e publicado no cadastro correspondente.

20.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo ORC obedecerão, conforme o caso, à disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.

21.0.DO PAGAMENTO

21.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

21.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

21.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

21.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.0.DO REAJUSTAMENTO

22.1.Preços registrados - revisão:

22.1.1.No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente registrado o gerenciador do sistema, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando o fornecedor do compromisso assumido sem aplicação de penalidades, ou determinar a negociação.

22.1.2.Quando o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador do sistema convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

22.1.3.Na ocorrência do preço de mercado torna-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

22.1.3.1.Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

22.1.3.2.Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

22.1.4.O realinhamento deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

22.1.5.Definido o valor máximo a ser pago pelo ORC, o novo preço para o respectivo item deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estará o fornecedor vinculado.

22.1.6.Não havendo êxito nas negociações, o ORC deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

22.2.Preços contratados – reajuste:

22.2.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

22.2.2.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA–IBGE acumulado, tomando–se por base o mês de apresentação da respectiva proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

22.2.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

22.2.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

22.2.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

22.2.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.2.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

22.2.8.O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

23.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1.Não será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao certame, qualquer tipo de indenização.

23.2.Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

23.3.A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.4.Caso as datas previstas para a realização dos eventos da presente licitação sejam declaradas feriado e não havendo ratificação da convocação, ficam transferidos automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora anteriormente previstos.

23.5.O ORC por conveniência administrativa ou técnica, se reserva no direito de paralisar a qualquer tempo a execução da contratação, cientificando devidamente o Contratado.
23.6.Decairá do direito de impugnar perante o ORC nos termos do presente instrumento, aquele que, tendo–o aceitado sem objeção, venha a apresentar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram hipótese em que tal comunicado não terá efeito de recurso.
23.7.Nos valores apresentados pelos licitantes, já deverão estar incluídos os custos com aquisição de material, mão–de–obra utilizada, impostos, encargos, fretes e outros que venham a incidir sobre os respectivos preços.
23.8.As dúvidas surgidas após a apresentação das propostas e os casos omissos neste instrumento, ficarão única e exclusivamente sujeitos a interpretação do Pregoeiro, sendo facultada ao mesmo ou a autoridade superior do ORC, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
23.9.Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Comarca de Monteiro.

São Sebastião do Umbuzeiro - PB, 31 de Agosto de 2021.

_____

PAULO FERNANDO FEITOSA
Secretário Municipal de Obras e dos Serviços Urbanos

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2021
TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO
1.1.Constitui objeto desta licitação: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material para construção a fim de suprir as demandas operacionais das Secretarias desta Municipalidade.

2.0.JUSTIFICATIVA
2.1.Considerando as necessidades do ORC, tem o presente termo a finalidade de definir, técnica e adequadamente, os procedimentos necessários para viabilizar a contratação em tela.
2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	ALICATE AMPERÍMETRO	UND	5	140,00	700,00
2	ALICATE DE BICO	UND	3	38,33	114,99
3	ALICATE DE CORTE	UND	3	39,67	119,01
4	ALICATE DE PRISILHA	UND	3	42,33	126,99
5	ALICATE UNIVERSAL	UND	5	41,67	208,35
6	ANDAIME DE METAL 1,20CM OU 150CM	PEÇAS	20	238,33	4.766,60
7	ANTICORROSIVO 300ML	UND	25	14,67	366,75
8	ARAME FARPADO 250M	UND	10	270,00	2.700,00
9	ARAME FARPADO 500M	UND	15	463,33	6.949,95
10	ARAME GALVANIZADO	UND	31	31,00	961,00
11	ARAME RECOZIDO	UND	30	28,33	849,90
12	ASSENTO SANITARIO	UND	50	34,33	1.716,50
13	ADESIVO PARA LAMINAÇÃO DE 01 LT. C/ BISNAGA E LÃ	UND	50	65,67	3.283,50
14	BACIA SANITÁRIA ACOPLADA	UND	10	381,67	3.816,70
15	BACIA SANITARIA CONVENCIONAL BRANCA	UND	10	183,33	1.833,30
16	BALDE PLASTICO PARA CONCRETO	UND	30	25,33	759,90
17	BISNAGA PARA TINTA	UND	200	8,33	1.666,00
18	BOLSA MALETA EM LONA 37BOLSOS P/ FERRAMENTAS COM FUNDO FALSO	UND	10	149,33	1.493,30
19	BOTA DE VAQUEIRO	UND	40	95,67	3.826,80
20	BOTAS DE BORRACHA	UND	20	45,33	906,60
21	BROCA DE AÇO RAPIDO	UND	20	8,67	173,40
22	BROCA DE AÇO RAPIDO ½	UND	10	25,00	250,00
23	BROCA DE AÇO RAPIDO 1/4	UND	20	7,33	146,60
24	BROCA DE AÇO RAPIDO 3/16	UND	20	8,67	173,40
25	BROCA DE CONCRETO 8MM	UND	5	9,33	46,65
26	BROCA DE CONCRETO 10MM	UND	5	10,00	50,00
27	BROCHA RETANGULAR 800/2	UND	30	14,33	429,90
28	BOTA EM COURO C/ BIODIVERSIADE S/ BICO FERRO		100	68,67	6.867,00
29	CABO P/ CHIBANCA	UND	30	25,00	750,00

30	CABO P/ ENXADA	UND	30	19,67	590,10
31	CADEADO DE 25MM	UND	30	20,00	600,00
32	CADEADO DE 30MM	UND	30	27,00	810,00
33	CADEADO DE 35MM	UND	20	33,33	666,60
34	CADEADO DE 40MM	UND	20	38,33	766,60
35	CAIXA D`ÁGUA 2000L POLIETILENO	UND	5	1.280,00	6.400,00
36	CAIXA D`ÁGUA 3000L POLIETILENO	UND	5	2.285,00	11.425,00
37	CAIXA D`ÁGUA 500L FIBRA DE VIDRO	UND	10	526,67	5.266,70
38	CAMARA DE AR 3.25–8 PARA REBOQUE	UND	35	28,00	980,00
39	CAMARA DE AR 3.50–8 PARA REBOQUE	UND	20	31,33	626,60
40	CARRO DE MÃO COM CAMARA DE AR 60LT	UND	10	375,33	3.753,30
41	CARRO –DE–MÃO PNEU MACIÇO 50 LT	UND	10	253,33	2.533,30
42	CERÂMICA 35X35	M²	500	45,00	22.500,00
43	CERÂMICA 45X45	M²	500	49,00	24.500,00
44	CHAVE L 6MM A 32MM	JOGO	2	22,33	44,66
45	CHAVE CRUZETA PARA RODA	UND	2	50,00	100,00
46	CHAVE DE 6MM A 32MM	JOGO	1	14,30	14,30
47	CHAVE DE ESTRIA DE 6MM A 32MM	JOGO	2	19,33	38,66
48	CHAVE DE FENDA (MM) DIVERSAS	JOGO	2	11,00	22,00
49	CHAVE FHILIPS (MM) DIVERSAS	JOGO	2	11,67	23,34
50	CHIBANCA	UND	20	105,67	2.113,40
51	CIMENTO 50KG	SACO	1500	32,67	49.005,00
52	COLA BRANCA DE 500GR	UND	35	10,30	360,50
53	COLA BRANCA DE 01KG	UND	60	18,63	1.117,80
54	COLUNA DE FERRO PRONTA 3/8 C/ 6,00M	UND	100	293,33	29.333,00
55	COLUNA DE FERRO PRONTA 5/16 C/ 6,00M	UND	100	233,33	23.333,00
56	CORDA VERDE DE 08MM	KG	100	24,00	2.400,00
57	CORDA VERDE DE 06MM	KG	100	27,67	2.767,00
58	CORREIA P/ VENTULINA A45	UND	20	21,67	433,40
59	CORREIA PARA VENTULINA A45	UND	20	21,67	433,40
60	CORREIA P/ VENTULINA A55	UND	22	27,33	601,26
61	CORRENTE INCADA Nº 3.2	UND	40	38,67	1.546,80
62	CORRENTE INCADA Nº4	UND	20	38,67	773,40
63	DISCO DE CORTE 115X22X2.4,5	UND	20	16,67	333,40
64	DISCO DE CORTE AR SECO	UND	20	19,33	386,60
65	DISCO DE DIAMATADO 110MM CONTINUO PESO	UND	35	22,67	793,45
66	DISCO LIXA 36	UND	23	5,33	122,59
67	DOBRADIÇA DE CANTO 850X3	UND	100	26,00	2.600,00
68	DOBRADIÇA DE CANTO 850X3 1/2	UND	150	27,73	4.159,50
69	DOBRADIÇA DE CHUMBAR	UND	60	22,30	1.338,00
70	ELETRÔDO C/ SENSOR P/ BOMBA SUBMERSA	UND	30	22,33	669,90
71	ELETRÔDO INOX	KG	10	44,00	440,00
72	ELTRODO DE SERRALHEIRO 3,25	KG	50	34,83	1.741,50
73	ENXADA 2 1/2	UND	20	47,33	946,60
74	ESMALTE SINTÉTICO 3600 G GALÃO	UND	70	88,67	6.206,90
75	ESMALTE SINTÉTICO DE 900G UNIDADE	UND	70	35,00	2.450,00
76	FECHADURA BICO DE PAPAGAIO – PORTA DE CORRER	UND	10	64,00	640,00
77	FECHADURA PARA PORTA EXTERNA	UND	10	69,00	690,00
78	FECHADURA PARA BANHEIRO	UND	15	57,67	865,05
79	FECHADURA PARA PORTA INTERNA	UND	30	59,33	1.779,90
80	FECHADURA SOBREPOR N°860	UND	15	55,00	825,00
81	FERRO ¼ C/ 12M (VERGALHÃO)	BARRA	100	37,67	3.767,00

82	FERRO 3/8 (VERGALHÃO)	BARRA	200	107,33	21.466,00
83	FERRO 5/16 (VERGALHÃO)	BARRA	250	82,67	20.667,50
84	FERRO ESTRIVO 4.2MM	BARRA	250	25,33	6.332,50
85	FERRO Tva 6,00M PESADA(TRELIÇA) 4.2	UND	50	78,33	3.916,50
86	FERROLHO CHATO 450X4	UND	30	6,17	185,10
87	FERROLHO REDONDO NIQUELADO 500X25	UND	80	10,67	853,60
88	FOICE ROÇADEIRA	UND	12	35,67	428,04
89	FOICE–PORTO	UND	10	39,00	390,00
90	FORRA DE PORTA	UND	20	213,33	4.266,60
91	FORRO PVC 100 LISO 10MM	MT	200	40,33	8.066,00
92	FURADEIRA DE IMPACTO 3/8 – 10MM	UND	2	451,67	903,34
93	GRAMPO GALVANIZADO 7/8 X12	KG	30	26,33	789,90
94	IMPERMEABILIZADOR DE PISO E PAREDE DE CAIXA D ÁGUA GALÃO 3/6 L	UND	50	74,33	3.716,50
95	JANELA E VIDRO DE ALUMINIO 4X40 CM	UND	20	119,00	2.380,00
96	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 0.40X0.50CM	UND	12	140,00	1.680,00
97	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 0.40X0.60CM	UND	12	154,00	1.848,00
98	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 0.50X0.50CM	UND	12	171,67	2.060,04
99	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 0.60X0.60CM	UND	12	193,33	2.319,96
100	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 0.80X0.80CM	UND	12	223,33	2.679,96
101	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 1,0X0,80CM	UND	10	273,00	2.730,00
102	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 1,0X1,0CM	UND	10	282,67	2.826,70
103	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 1,0X1,20CM	UND	10	351,00	3.510,00
104	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 1,20X0,80CM	UND	10	308,00	3.080,00
105	LAMINA DE SERRA EM AÇO	UND	40	11,00	440,00
106	LÁPIS CARPINTEIRO	UND	30	5,63	168,90
107	LIXA DE FERRO 100	UND	35	4,70	164,50
108	LIXA DE FERRO N.50	UND	35	4,57	159,95
109	LIXA DE MASSA 220	UND	200	2,67	534,00
110	LIXA DE MASSA 220	UND	200	2,67	534,00
111	LIXA DE MASSA N.180	UND	120	2,67	320,40
112	LONA RECICLADA LARGURA 4 METROS	UND	60	8,33	499,80
113	LUMINÁRIA DE FIBRA F100	UND	50	48,67	2.433,50
114	LUVA DE COURO MISTA	PAR	50	16,33	816,50
115	LUVA DE COURO RASPA	PAR	100	18,33	1.833,00
116	LUVA DE ESGOTO DE 100MM	PAR	50	8,83	441,50
117	LUVA LATEX COM FLOCO DE ALGODÃO	PAR	100	10,67	1.067,00
118	LUVA PRETA PARA ESGOTO	PAR	50	20,30	1.015,00
119	LUVA TRICOTADA	PAR	50	28,00	1.400,00
120	MARRETA JS2KG	UND	10	56,33	563,30
121	MARTELO	UND	10	47,67	476,70
122	MASCARA PFF 11 AZUL COM VÁLVULA	UND	50	8,77	438,50
123	MASSA ACRÍLICA 5,5KG	GALÃO	30	35,33	1.059,90
124	MASSA CORRIDA 27KG BALDE	UND	25	65,33	1.633,25
125	MASSA CORRIDA GALÃO 5.5 KG	UND	25	15,67	391,75
126	MECANISMO COMPLETO 300MM SA.243MM	UND	10	78,33	783,30
127	MOTO SERRA TOYAMA 53	UND	1	2.231,67	2.231,67
128	MULTÍMETRO	UND	2	84,67	169,34
129	PA QUADRADA COM CABO	UND	20	58,67	1.173,40
130	PÁ REDONDA C/ CABO	UND	10	49,33	493,30
131	PA REDONDA DE BICO COM CABO	UND	20	54,67	1.093,40
132	PARAF.FIL.PH.CH.4.0X30	UND	250	1,00	250,00
133	PARAF.FRANCES1/4X4	UND	150	1,97	295,50
134	PARAF.MÁQUINA 1/4X1/2	UND	700	1,57	1.099,00

135	PARAF.SET.8.8 AÇO 6X25 RI	UND	100	2,10	210,00
136	PARAF.SET.8.8 AÇO 6X40 RI	UND	100	2,13	213,00
137	PARAF.SET.SUBERBO 3/8 X 60	UND	100	4,67	467,00
138	PARAF.SET.SUBERBO 3/8 X 70	UND	100	5,00	500,00
139	PARAF.SET.SUBERBO 5/16 X 50	UND	100	2,78	278,00
140	PARAFUSO 5/16	CX	1	14,67	14,67
141	PARAFUSO 3/16	CX	1	15,33	15,33
142	PARAFUSO FIL.PH.CH.5.0X 75	UND	300	1,10	330,00
143	PARAFUSO LATÃO B.10	UND	35	2,00	70,00
144	PARAFUSO MAQUINA 3/16X ½	UND	200	2,05	410,00
145	PARAFUSO P/ MADEIRA 4,5X45	UND	800	1,07	856,00
146	PARAFUSO P/POSTE ¼ X 10	UND	40	14,67	586,80
147	PARAFUSO P/POSTE ¼ X 10 ROSCA DUPLA	UND	40	17,33	693,20
148	PARAFUSO P/POSTE ¼ X 12	UND	40	17,00	680,00
149	PARAFUSO P/POSTE ½ X 8	UND	80	15,67	1.253,60
150	PARAFUSO P/POSTE ½ X10	UND	50	15,00	750,00
151	PARAFUSO PARA MADEIRA 3.8 X 20	UND	800	0,32	256,00
152	PARAFUSO SEXT ¼ X 2	UND	100	0,57	57,00
153	PARAFUSO SEXT 3/8 X 3	UND	100	5,17	517,00
154	PARAFUSO SEXT 8.8 AÇO 10X50 RI	UND	60	4,83	289,80
155	PARAFUSO SEXT 8.8 10X100 PR	UND	50	7,17	358,50
156	PARAFUSO SEXT 8.8 AÇO 10X70 RP	UND	50	6,83	341,50
157	PARAFUSO SEXT 8.8 AÇO 6X50 RI	UND	80	6,00	480,00
158	PARAFUSO SEXT 8.8 AÇO 8X25	UND	100	6,83	683,00
159	PARAFUSO SEXT 8.8 X 10 X 40 RP	UND	100	5,67	567,00
160	PARAFUSO SEXT 8.8X 10 X 50 RP	UND	50	6,33	316,50
161	PARAFUSO SEXT SUBERBO 3/8 X 80	UND	50	11,00	550,00
162	PARAFUSO SEXT.AÇO 8.8 12X90	UND	30	10,00	300,00
163	PICARETA	UND	20	96,67	1.933,40
164	PINCEL 1	UND	20	7,33	146,60
165	PINCEL 2	UND	20	14,00	280,00
166	PINCEL 2 1/2	UND	15	17,10	256,50
167	PINCEL DE ROLO DE ESPUMA 15CM	UND	20	9,00	180,00
168	PINCEL DE ROLO DE LÃ	UND	30	24,17	725,10
169	PINCEL DE ROLO ESPUMA 5CM	UND	50	5,17	258,50
170	PINCEL DE ROLO ESPUMA 9CM	UND	60	13,00	780,00
171	PINCEL DE ROLO LÃ DE CARNEIRO 23CMC/ GARFO	UND	30	32,33	969,90
172	PNEU N 4.00X 50 REBOQUE	UND	10	40,33	403,30
173	PNEU PARA CARRO DE MÃO 3.25 X 8	UND	20	102,57	2.051,40
174	PONTALETE 1,5CM TIPO TUBO 2	UND	30	91,00	2.730,00
175	PONTALETE 3M (REX)	UND	20	228,33	4.566,60
176	PORCA DE AÇO 10MM	UND	70	1,00	70,00
177	PORCA DE AÇO 12MM	UND	70	1,83	128,10
178	PORCA SEXT POLI 3/4	UND	80	2,00	160,00
179	PORCA SEXT POLI 5/8	UND	80	1,10	88,00
180	PORCA SEXT. POLI. 1/2	UND	100	1,77	177,00
181	PORTA DESENHADA DE MASSARANDUBA 1,30X2,10CM	UND	10	799,00	7.990,00
182	PORTA DESENHADA DE MASSARANDUBA 1,50X2,10CM	UND	10	1.022,67	10.226,70
183	PORTA LISA DE JATOBÁ 0,90X2,10CM	UND	10	258,67	2.586,70
184	PORTA LISA DE MÓGNO 0,90X2,10CM	UND	10	258,67	2.586,70
185	PORTA SANFONADA 0,60X2,10CM	UND	15	165,00	2.475,00
186	PORTA SANFONADA 0,70X2,10CM	UND	15	171,67	2.575,05

187	PORTA SANFONADA 0,80X2,10CM	UND	15	232,33	3.484,95
188	PREGO 11/2X13	KG	50	33,67	1.683,50
189	PREGO 2 1/2X10	KG	25	33,67	841,75
190	PREGO 2 X12	KG	25	33,67	841,75
191	PREGO 3X8	KG	40	28,33	1.133,20
192	REJUNTE 1KG	PCT	100	9,33	933,00
193	REJUNTE 5G	PCT	50	36,67	1.833,50
194	RIBITE DE REPUXO 4.8X25	UND	800	0,70	560,00
195	RODA FERRO ESFERA 6205 325	UND	8	46,33	370,64
196	ROLO DE LÃ S/GARFO 23CM	UND	15	30,00	450,00
197	SELO MECÂNICO DE 1/2	UND	15	45,33	679,95
198	SELO MECÂNICO P/ EIXO 1	UND	10	76,33	763,30
199	SILICONE INCOLOR 50G	UND	25	10,33	258,25
200	SILICONE VERMELHO 50G	UND	25	8,33	208,25
201	TAMBOR PVC DE 200L P/ COLETA DE LIXO	UND	100	236,67	23.667,00
202	SOLUÇÃO ACIDO MURIATRICO L	UND	100	22,33	2.233,00
203	TESTE ELÉTRICO (DIGITAL)	UND	5	13,67	68,35
204	TINTA ACRILICA INTERNA BALDE DE 18L	UND	38	161,00	6.118,00
205	TINTA ACRILICA INTERNA 1KG	UND	50	125,00	6.250,00
206	TINTA ACRILICA INTERNA GALÃO DE 3,600	UND	40	41,67	1.666,80
207	TINTA LATEX 3,6 GALÃO	UND	20	39,33	786,60
208	TINTA LATEX BALDE 18L	UND	55	181,67	9.991,85
209	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL 20X1/2	UND	40	1,67	66,80
210	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL 32X1	UND	40	3,23	129,20
211	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL PARA CAIXA DÁGUA 32X1	UND	20	21,53	430,60
212	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CAIXA 20X1/2	UND	30	14,63	438,90
213	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CAIXA 50X1/2	UND	15	7,67	115,05
214	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBO PVC (COLA)75g	UND	100	9,63	963,00
215	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBO PVC (COLA)175g	UND	40	10,33	413,20
216	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBO PVC (COLA)55g	UND	30	8,00	240,00
217	ARGAMASSA DE 15Kg AC I	SACO	150	15,67	2.350,50
218	ARGAMASSA DE 15Kg AC II	SACO	150	23,33	3.499,50
219	ARGAMASSA DE 15Kg AC III	SACO	150	30,67	4.600,50
220	ARREMATE PARA FORRO DE PVC	UND	50	29,33	1.466,50
221	ASSENTO SANITÁRIO	UND	50	39,00	1.950,00
222	BACIA SANITARIA CONVENCIONAL BRANCA	UND	10	243,33	2.433,30
223	BOMBA SUBMERSA 1//2 CV	UND	6	1.485,00	8.910,00
224	BOMBA SUBMERSA DE MEIO 0,5 CV VAZ. 0,60 A 3600L ALTURA 10 A 100M	UND	15	1.666,67	25.000,05
225	BOMBA SUBMERSA DE MEIO 1.0 CV VAZ. 0,60 A 3600L ALTURA 10 A 100M	UND	5	2.058,33	10.291,65
226	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA P/ ESGOTO 75X50mm	UND	7	12,83	89,81
227	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PARA ESGOTO 100X75mm	UND	25	19,67	491,75
228	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PARA ESGOTO 150X100mm	UND	15	9,67	145,05
229	BUCHA DE REDUÇÃO P/ ESGOTO 100X50mm	UND	35	15,33	536,55
230	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 32X20mm	UND	30	6,00	180,00

231	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 50X32 mm	UND	20	8,33	166,60
232	BUCHA DE REDUÇÃO DE 1.1/4 P/ 1 C/ ROSCA	UND	30	9,63	288,90
233	CAIXA DÁGUA POLIETILENO 500L	UND	8	439,67	3.517,36
234	CAIXA DÁGUA 500L EM FIBRA DE VIDRO	UND	6	531,67	3.190,02
235	CAIXA DÁGUA DE 1000L EM POLIETILENO	UND	10	666,67	6.666,70
236	CAIXA DÁGUA DE 300L EM POLIETILENO	UND	10	292,67	2.926,70
237	CAIXA DE DESCARGA CAPACIDADE DE 6,8 L	UND	50	46,33	2.316,50
238	CAP ESGOTO 50mm	UND	50	4,87	243,50
239	CAP P/ ESGOTO 100mm	UND	20	9,17	183,40
240	CAP P/ ESGOTO 150mm	UND	20	8,53	170,60
241	CAP P/ ESGOTO 40mm	UND	20	3,50	70,00
242	CIFRÃO ¾	UND	300	7,67	2.301,00
243	CURVA GALVANIZADA 1 1/4	UND	10	61,00	610,00
244	CURVA GALVANIZADA DE 1	UND	10	46,33	463,30
245	ENGATE FLEXÍVEL DE 40CM	UND	100	13,20	1.320,00
246	FITA VEDA ROSCA 12MMX10M	UND	100	5,00	500,00
247	JOELHO P/ ESGOTO 40mm 90°	UND	300	2,87	861,00
248	JOELHO P/ ESGOTO 50mm 90°	UND	60	4,67	280,20
249	JOELHO P/ ESGOTO 75mm 90°	UND	30	6,33	189,90
250	JOELHO SOLDÁVEL 20mm 90º	UND	400	1,72	688,00
251	JOELHO SOLDAVEL 20X1/2 MARRON PVC	UND	100	5,97	597,00
252	JOELHO SOLDÁVEL 32mm	UND	200	5,83	1.166,00
253	JOELHO SOLDÁVEL AZUL 20X1//2	UND	60	7,00	420,00
254	JOELHO SOLDÁVEL MARROM 25mm	UND	40	3,50	140,00
255	LÁPIS CARPINTEIRO	UND	20	6,33	126,60
256	LAVATÓRIO COM COLUNA BRANCA	UND	20	274,67	5.493,40
257	LAVATÓRIO SUSPENSO OCRE	UND	10	86,67	866,70
258	LAVATÓRIO SUSPENSO BRANCO	UND	20	86,67	1.733,40
259	LUVA GALVANIZADA 1 ¼ C/ ROSCA	PAR	30	20,33	609,90
260	LUVA GALVANIZADA 1	PAR	65	17,00	1.105,00
261	LUVA GALVANIZADA ¼	UND	20	18,33	366,60
262	LUVA PARA BARRA LISA ½	UND	20	4,67	93,40
263	LUVA SOLBAVEL ½ AZUL	UND	50	2,00	100,00
264	LUVA SOLBAVEL 20MM	UND	100	1,77	177,00
265	LUVA SOLBAVEL 32X1	UND	50	6,13	306,50
266	LUVA SOLDÁVEL 32MM	UND	100	3,93	393,00
267	MANGOTE 2P	M	100	44,30	4.430,00
268	MANGUEIRA DE 1 PRETA	M	100	3,78	378,00
269	MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO ¼ X 300 LI	UND	50	122,67	6.133,50
270	MANGUEIRA DE ALTA PRESSAO DE 3/8 X 300 LI	UND	100	144,17	14.417,00
271	MANGUEIRA PRETA P/ IRRIGAÇÃO 3/4X1,5MM	PEÇA	5	3,00	15,00
272	MANGUEIRA PRETA PARA IRRIGAÇÃO 1 X 2MM	PEÇA	6	3,92	23,52
273	MANGUEIRA TRANÇADA 200Li 1/2	M	200	6,17	1.234,00
274	MECANISMO COMPLETO – ENTRADA 300 mm SAÍDA 243 MM – K3024/N	UND	12	88,33	1.059,96
275	PIA CINTETICA 120CM	UND	10	98,00	980,00
276	PIA SINTÉTICA 150CM	UND	5	120,00	600,00
277	RALO SIFONADO 100X50X40MM	UND	20	12,67	253,40
278	REDUÇÃO ¼ X 1	UND	40	2,50	100,00
279	REGISTRO DE ESFERA MONOBLOCO SOLDÁVEL 25MM	UND	30	13,67	410,10

280	REGISTRO DE ESFERA MONOBLOCO SOLDÁVEL 60MM	UND	10	32,33	323,30
281	REGULADOR DE GAS	UND	10	54,67	546,70
282	RESISTRO DE ESFERA MONOBLOCO SOLDÁVEL ¾	UND	30	9,67	290,10
283	RESISTRO DE ESFERA MONOBLOCO SOLDÁVEL 20MM	UND	30	9,00	270,00
284	RESISTRO DE ESFERA MONOBLOCO SOLDÁVEL 32MM	UND	50	13,00	650,00
285	RESISTRO DE ESFERA MONOBLOCO SOLDÁVEL 50MM	UND	10	22,00	220,00
286	REGISTRO DE PRESSAO 14/16 – ½ □□	UND	20	23,00	460,00
287	RESISTRO DE PRESSAO 14/16 – ¾□□	UND	20	23,33	466,60
288	RESISTRO DE PRESSAO PARA FUGÃO INDUSTRIAL COM BICO	UND	20	50,67	1.013,40
289	SELO MECÂNICO PARA EIXO 3/4	UND	30	40,97	1.229,10
290	SELO MECÂNICO PARA EIXO 3/8	UND	20	30,00	600,00
291	SELO MECÂNICO PARA EIXO 5/8	UND	20	31,67	633,40
292	SIFRÃO DUPLO	UND	30	23,67	710,10
293	SIFRÃO SAMFONADO P/PIA	UND	100	15,00	1.500,00
294	TÊ 1 x ¼□C/ REDUÇÃO P/ 1□ PVC ROSCÁVEL	UND	10	6,53	65,30
295	TÊ DE 20X12□ AZUL	UND	30	7,67	230,10
296	TÊ ESGOTO 75MM	UND	50	9,33	466,50
297	TÊ ESGOTO DE 100X75	UND	25	11,00	275,00
298	TE ESGOTO DE 150/150	UND	10	45,00	450,00
299	TE ESGOTO DE 150X100	UND	15	44,00	660,00
300	TE MARROM 25MM	UND	100	3,33	333,00
301	TE PARA ESGOTO 100X100mm	UND	50	22,33	1.116,50
302	TE PARA ESGOTO 100X50mm	UND	25	15,67	391,75
303	TE PARA ESGOTO 40mm	UND	70	3,70	259,00
304	TE PARA ESGOTO 50mm	UND	35	6,33	221,55
305	TE PARA REBOLIÇA ¾ TRIPLO	UND	20	16,00	320,00
306	TE PARA REBOLIÇA 1□□	UND	20	14,67	293,40
307	TE PARA REBOLIÇA 1□□ TRIPLO	UND	20	17,00	340,00
308	TE SOLDÁVEL PARA PVC 32mm	UND	60	16,57	994,20
309	TE SOLDAVEL PARA PVC 60mm	UND	20	38,33	766,60
310	TE SOLDÁVEL PVC 20mm	UND	50	17,57	878,50
311	TORNEIRA BOIA CURTA 12Cm X ½	UND	20	27,00	540,00
312	TORNEIRA COZINHA 15 Cm COM CHUVEIRO ½	UND	20	35,33	706,60
313	TORNEIRA COZINHA PAREDE 18CM METAL 1/2C 33	UND	15	37,67	565,05
314	TORNEIRA LAVATÓRIO MESA BICA MÓVEL PEQ METAL ½ C40	UND	15	56,33	844,95
315	TORNEIRA PRETA JARDIM ½	UND	50	35,30	1.765,00
316	TUBO CAIXA DE DESCARGA COM CURVA 40mm	UND	20	34,67	693,40
317	TUBO PARA ESGOTO 100mm	UND	150	148,00	22.200,00
318	TUBO PARA ESGOTO 150mm	UND	30	336,67	10.100,10
319	TUBO PARA ESGOTO 40mm	UND	130	40,33	5.242,90
320	TUBO PARA ESGOTO 50mm	UND	80	67,33	5.386,40
321	TUBO PARA ESGOTO 75mm	UND	50	109,00	5.450,00
322	TUBO PVC INROSCAVEL 1 ¼□□	UND	70	147,33	10.313,10
323	TUBO PVC INROSCAVEL 1□□	UND	50	99,00	4.950,00
324	TUBO PVC INROSCAVEL 2□□	UND	30	227,00	6.810,00

325	TUBO SOLDAVEL 20mm	UND	50	22,00	1.100,00
326	TUBO ROSCÁVEL PVC 1 ¼	UND	40	159,33	6.373,20
327	TUBO ROSCÁVEL PVC 1	UND	40	107,67	4.306,80
328	TUBO SOLDÁVEL 25mm	UND	20	27,00	540,00
329	TUBO SOLDÁVEL 32mm	UND	80	53,00	4.240,00
330	TUBO SOLDAVEL 60mm	UND	20	160,63	3.212,60
331	UNIÃO INTERNA ¾	UND	30	9,43	282,90
332	UNIÃO INTERNA 1	UND	60	12,77	766,20
333	VALVULA RETENÇÃO VERTICAL 503 1 1/4	UND	26	49,33	1.282,58
334	VÁLVULA DE RETENÇÃO ½	UND	20	31,00	620,00
335	VÁLVULA DE RETENÇÃO 1	UND	90	44,33	3.989,70
336	VÁLVULA P/ POÇO 1.1/4	UND	30	53,00	1.590,00
337	VÁLVULA P/ POÇO 1	UND	30	44,00	1.320,00
338	VÁLVULA P/ POÇO 2.1/2	UND	10	112,00	1.120,00
339	VÁLVULA PARA LAVATÓRIO	UND	40	18,20	728,00
340	VEDA ROSCA 50M	UND	30	8,00	240,00
				TOTAL	774.654,44

3.0.OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

3.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

3.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

3.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

3.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

3.6.Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.0.DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

4.1.Havendo proposta ou lance vencedor com valor para o respectivo item relacionado acima, na coluna código:

4.1.1.Com indícios que conduzam a uma presunção relativa de inexequibilidade, pelo critério definido no Art. 48, II, da Lei 8.666/93, em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, poderá ser dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 03 (três) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços, conforme parâmetros do mesmo Art. 48, II, sob pena de desconsideração do item.

4.2.Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente.

4.3.O valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto da presente licitação - Valor de Referência -, está acima indicado.

4.4.Os lances verbais serão efetuados em unidade monetária nacional.

5.0.MODELO DA PROPOSTA

5.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta de preços correspondente, podendo o licitante apresentar a sua proposta no próprio modelo fornecido, desde que seja devidamente preenchido, conforme faculta o instrumento convocatório - Anexo 01.

_____

PAULO FERNANDO FEITOSA

Secretário Municipal de Obras e dos Serviços Urbanos

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2021

PROPOSTA

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2021

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material para construção a fim de suprir as demandas operacionais das Secretarias desta Municipalidade.

PROPONENTE:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ALICATE AMPERÍMETRO		UND	5
2	ALICATE DE BICO		UND	3
3	ALICATE DE CORTE		UND	3
4	ALICATE DE PRISILHA		UND	3
5	ALICATE UNIVERSAL		UND	5
6	ANDAIME DE METAL 1,20CM OU 150CM		PEÇAS	20
7	ANTICORROSIVO 300ML		UND	25
8	ARAME FARPADO 250M		UND	10
9	ARAME FARPADO 500M		UND	15
10	ARAME GALVANIZADO		UND	31
11	ARAME RECOZIDO		UND	30
12	ASSENTO SANITARIO		UND	50
13	ADESIVO PARA LAMINAÇÃO DE 01 LT. C/ BISNAGA E LÃ		UND	50
14	BACIA SANITÁRIA ACOPLADA		UND	10
15	BACIA SANITARIA CONVENCIONAL BRANCA		UND	10
16	BALDE PLASTICO PARA CONCRETO		UND	30
17	BISNAGA PARA TINTA		UND	200
18	BOLSA MALETA EM LONA 37BOLSOS P/ FERRAMENTAS COM FUNDO FALSO		UND	10
19	BOTA DE VAQUEIRO		UND	40
20	BOTAS DE BORRACHA		UND	20
21	BROCA DE AÇO RAPIDO		UND	20
22	BROCA DE AÇO RAPIDO ½		UND	10
23	BROCA DE AÇO RAPIDO 1/4		UND	20
24	BROCA DE AÇO RAPIDO 3/16		UND	20
25	BROCA DE CONCRETO 8MM		UND	5
26	BROCA DE CONCRETO 10MM		UND	5

27	BROCHA RETANGULAR 800/2		UND	30
28	BOTA EM COURO C/ BIODIVERSIADE S/ BICO FERRO			100
29	CABO P/ CHIBANCA		UND	30
30	CABO P/ ENXADA		UND	30
31	CADEADO DE 25MM		UND	30
32	CADEADO DE 30MM		UND	30
33	CADEADO DE 35MM		UND	20
34	CADEADO DE 40MM		UND	20
35	CAIXA D`ÁGUA 2000L POLIETILENO		UND	5
36	CAIXA D`ÁGUA 3000L POLIETILENO		UND	5
37	CAIXA D`ÁGUA 500L FIBRA DE VIDRO		UND	10
38	CAMARA DE AR 3.25–8 PARA REBOQUE		UND	35
39	CAMARA DE AR 3.50–8 PARA REBOQUE		UND	20
40	CARRO DE MÃO COM CAMARA DE AR 60LT		UND	10
41	CARRO –DE–MÃO PNEU MACIÇO 50 LT		UND	10
42	CERÂMICA 35X35		M²	500
43	CERÂMICA 45X45		M²	500
44	CHAVE L 6MM A 32MM		JOGO	2
45	CHAVE CRUZETA PARA RODA		UND	2
46	CHAVE DE 6MM A 32MM		JOGO	1
47	CHAVE DE ESTRIA DE 6MM A 32MM		JOGO	2
48	CHAVE DE FENDA (MM) DIVERSAS		JOGO	2
49	CHAVE FHILIPS (MM) DIVERSAS		JOGO	2
50	CHIBANCA		UND	20
51	CIMENTO 50KG		SACO	1500
52	COLA BRANCA DE 500GR		UND	35
53	COLA BRANCA DE 01KG		UND	60
54	COLUNA DE FERRO PRONTA 3/8 C/ 6,00M		UND	100
55	COLUNA DE FERRO PRONTA 5/16 C/ 6,00M		UND	100
56	CORDA VERDE DE 08MM		KG	100
57	CORDA VERDE DE 06MM		KG	100
58	CORREIA P/ VENTULINA A45		UND	20
59	CORREIA PARA VENTULINA A45		UND	20
60	CORREIA P/ VENTULINA A55		UND	22
61	CORRENTE INCADA Nº 3.2		UND	40
62	CORRENTE INCADA Nº4		UND	20
63	DISCO DE CORTE 115X22X2.4,5		UND	20
64	DISCO DE CORTE AR SECO		UND	20
65	DISCO DE DIAMATADO 110MM CONTINUO PESO		UND	35
66	DISCO LIXA 36		UND	23
67	DOBRADIÇA DE CANTO 850X3		UND	100
68	DOBRADIÇA DE CANTO 850X3 1/2		UND	150
69	DOBRADIÇA DE CHUMBAR		UND	60
70	ELETRÔDO C/ SENSOR P/ BOMBA SUBMERSA		UND	30
71	ELETRÔDO INOX		KG	10
72	ELTRODO DE SERRALHEIRO 3,25		KG	50
73	ENXADA 2 1/2		UND	20
74	ESMALTE SINTÉTICO 3600 G GALÃO		UND	70
75	ESMALTE SINTÉTICO DE 900G UNIDADE		UND	70
76	FECHADURA BICO DE PAPAGAIO – PORTA DE CORRER		UND	10
77	FECHADURA PARA PORTA EXTERNA		UND	10
78	FECHADURA PARA BANHEIRO		UND	15

79	FECHADURA PARA PORTA INTERNA		UND	30
80	FECHADURA SOBREPOR N°860		UND	15
81	FERRO ¼ C/ 12M (VERGALHÃO)		BARRA	100
82	FERRO 3/8 (VERGALHÃO)		BARRA	200
83	FERRO 5/16 (VERGALHÃO)		BARRA	250
84	FERRO ESTRIVO 4.2MM		BARRA	250
85	FERRO Tva 6,00M PESADA(TRELIÇA) 4.2		UND	50
86	FERROLHO CHATO 450X4		UND	30
87	FERROLHO REDONDO NIQUELADO 500X25		UND	80
88	FOICE ROÇADEIRA		UND	12
89	FOICE–PORTO		UND	10
90	FORRA DE PORTA		UND	20
91	FORRO PVC 100 LISO 10MM		MT	200
92	FURADEIRA DE IMPACTO 3/8 – 10MM		UND	2
93	GRAMPO GALVANIZADO 7/8 X12		KG	30
94	IMPERMEABILIZADOR DE PISO E PAREDE DE CAIXA D ÁGUA GALÃO 3/6 L		UND	50
95	JANELA E VIDRO DE ALUMINIO 4X40 CM		UND	20
96	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 0.40X0.50CM		UND	12
97	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 0.40X0.60CM		UND	12
98	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 0.50X0.50CM		UND	12
99	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 0.60X0.60CM		UND	12
100	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 0.80X0.80CM		UND	12
101	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 1,0X0,80CM		UND	10
102	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 1,0X1,0CM		UND	10
103	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 1,0X1,20CM		UND	10
104	JANELA E VITRÔS DE ALUMÍNIO 1,20X0,80CM		UND	10
105	LAMINA DE SERRA EM AÇO		UND	40
106	LÁPIS CARPINTEIRO		UND	30
107	LIXA DE FERRO 100		UND	35
108	LIXA DE FERRO N.50		UND	35
109	LIXA DE MASSA 220		UND	200
110	LIXA DE MASSA 220		UND	200
111	LIXA DE MASSA N.180		UND	120
112	LONA RECICLADA LARGURA 4 METROS		UND	60
113	LUMINÁRIA DE FIBRA F100		UND	50
114	LUVA DE COURO MISTA		PAR	50
115	LUVA DE COURO RASPA		PAR	100
116	LUVA DE ESGOTO DE 100MM		PAR	50
117	LUVA LATEX COM FLOCO DE ALGODÃO		PAR	100
118	LUVA PRETA PARA ESGOTO		PAR	50
119	LUVA TRICOTADA		PAR	50
120	MARRETA JS2KG		UND	10
121	MARTELO		UND	10
122	MASCARA PFF 11 AZUL COM VÁLVULA		UND	50
123	MASSA ACRÍLICA 5,5KG		GALÃO	30
124	MASSA CORRIDA 27KG BALDE		UND	25
125	MASSA CORRIDA GALÃO 5.5 KG		UND	25
126	MECANISMO COMPLETO 300MM SA.243MM		UND	10
127	MOTO SERRA TOYAMA 53		UND	1
128	MULTÍMETRO		UND	2
129	PA QUADRADA COM CABO		UND	20
130	PÁ REDONDA C/ CABO		UND	10
131	PA REDONDA DE BICO COM CABO		UND	20

132	PARAF.FIL.PH.CH.4.0X30		UND	250
133	PARAF.FRANCES1/4X4		UND	150
134	PARAF.MÁQUINA 1/4X1/2		UND	700
135	PARAF.SET.8.8 AÇO 6X25 RI		UND	100
136	PARAF.SET.8.8 AÇO 6X40 RI		UND	100
137	PARAF.SET.SUBERBO 3/8 X 60		UND	100
138	PARAF.SET.SUBERBO 3/8 X 70		UND	100
139	PARAF.SET.SUBERBO 5/16 X 50		UND	100
140	PARAFUSO 5/16		CX	1
141	PARAFUSO 3/16		CX	1
142	PARAFUSO FIL.PH.CH.5.0X 75		UND	300
143	PARAFUSO LATÃO B.10		UND	35
144	PARAFUSO MAQUINA 3/16X ½		UND	200
145	PARAFUSO P/ MADEIRA 4,5X45		UND	800
146	PARAFUSO P/POSTE ¼ X 10		UND	40
147	PARAFUSO P/POSTE ¼ X 10 ROSCA DUPLA		UND	40
148	PARAFUSO P/POSTE ¼ X 12		UND	40
149	PARAFUSO P/POSTE ½ X 8		UND	80
150	PARAFUSO P/POSTE ½ X10		UND	50
151	PARAFUSO PARA MADEIRA 3.8 X 20		UND	800
152	PARAFUSO SEXT ¼ X 2		UND	100
153	PARAFUSO SEXT 3/8 X 3		UND	100
154	PARAFUSO SEXT 8.8 AÇO 10X50 RI		UND	60
155	PARAFUSO SEXT 8.8 10X100 PR		UND	50
156	PARAFUSO SEXT 8.8 AÇO 10X70 RP		UND	50
157	PARAFUSO SEXT 8.8 AÇO 6X50 RI		UND	80
158	PARAFUSO SEXT 8.8 AÇO 8X25		UND	100
159	PARAFUSO SEXT 8.8 X 10 X 40 RP		UND	100
160	PARAFUSO SEXT 8.8X 10 X 50 RP		UND	50
161	PARAFUSO SEXT SUBERBO 3/8 X 80		UND	50
162	PARAFUSO SEXT.AÇO 8.8 12X90		UND	30
163	PICARETA		UND	20
164	PINCEL 1		UND	20
165	PINCEL 2		UND	20
166	PINCEL 2 1/2		UND	15
167	PINCEL DE ROLO DE ESPUMA 15CM		UND	20
168	PINCEL DE ROLO DE LÃ		UND	30
169	PINCEL DE ROLO ESPUMA 5CM		UND	50
170	PINCEL DE ROLO ESPUMA 9CM		UND	60
171	PINCEL DE ROLO LÃ DE CARNEIRO 23CMC/ GARFO		UND	30
172	PNEU N 4.00X 50 REBOQUE		UND	10
173	PNEU PARA CARRO DE MÃO 3.25 X 8		UND	20
174	PONTALETE 1,5CM TIPO TUBO 2		UND	30
175	PONTALETE 3M (REX)		UND	20
176	PORCA DE AÇO 10MM		UND	70
177	PORCA DE AÇO 12MM		UND	70
178	PORCA SEXT POLI 3/4		UND	80
179	PORCA SEXT POLI 5/8		UND	80
180	PORCA SEXT. POLI. 1/2		UND	100
181	PORTA DESENHADA DE MASSARANDUBA 1,30X2,10CM		UND	10
182	PORTA DESENHADA DE MASSARANDUBA 1,50X2,10CM		UND	10
183	PORTA LISA DE JATOBÁ 0,90X2,10CM		UND	10

184	PORTA LISA DE MÓGNO 0,90X2,10CM		UND	10
185	PORTA SANFONADA 0,60X2,10CM		UND	15
186	PORTA SANFONADA 0,70X2,10CM		UND	15
187	PORTA SANFONADA 0,80X2,10CM		UND	15
188	PREGO 11/2X13		KG	50
189	PREGO 2 1/2X10		KG	25
190	PREGO 2 X12		KG	25
191	PREGO 3X8		KG	40
192	REJUNTE 1KG		PCT	100
193	REJUNTE 5G		PCT	50
194	RIBITE DE REPUXO 4.8X25		UND	800
195	RODA FERRO ESFERA 6205 325		UND	8
196	ROLO DE LÃ S/GARFO 23CM		UND	15
197	SELO MECÂNICO DE 1/2		UND	15
198	SELO MECÂNICO P/ EIXO 1		UND	10
199	SILICONE INCOLOR 50G		UND	25
200	SILICONE VERMELHO 50G		UND	25
201	TAMBOR PVC DE 200L P/ COLETA DE LIXO		UND	100
202	SOLUÇÃO ACIDO MURIATRICO L		UND	100
203	TESTE ELÉTRICO (DIGITAL)		UND	5
204	TINTA ACRILICA INTERNA BALDE DE 18L		UND	38
205	TINTA ACRILICA INTERNA 1KG		UND	50
206	TINTA ACRILICA INTERNA GALÃO DE 3,600		UND	40
207	TINTA LATEX 3,6 GALÃO		UND	20
208	TINTA LATEX BALDE 18L		UND	55
209	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL 20X1/2		UND	40
210	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL 32X1		UND	40
211	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL PARA CAIXA DÁGUA 32X1		UND	20
212	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CAIXA 20X1/2		UND	30
213	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CAIXA 50X1/2		UND	15
214	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBO PVC (COLA)75g		UND	100
215	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBO PVC (COLA)175g		UND	40
216	ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBO PVC (COLA)55g		UND	30
217	ARGAMASSA DE 15Kg AC I		SACO	150
218	ARGAMASSA DE 15Kg AC II		SACO	150
219	ARGAMASSA DE 15Kg AC III		SACO	150
220	ARREMATE PARA FORRO DE PVC		UND	50
221	ASSENTO SANITÁRIO		UND	50
222	BACIA SANITARIA CONVENCIONAL BRANCA		UND	10
223	BOMBA SUBMERSA 1//2 CV		UND	6
224	BOMBA SUBMERSA DE MEIO 0,5 CV VAZ. 0,60 A 3600L ALTURA 10 A 100M		UND	15
225	BOMBA SUBMERSA DE MEIO 1.0 CV VAZ. 0,60 A 3600L ALTURA 10 A 100M		UND	5
226	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA P/ ESGOTO 75X50mm		UND	7
227	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PARA ESGOTO 100X75mm		UND	25
228	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PARA ESGOTO 150X100mm		UND	15
229	BUCHA DE REDUÇÃO P/ ESGOTO 100X50mm		UND	35

230	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 32X20mm		UND	30
231	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 50X32 mm		UND	20
232	BUCHA DE REDUÇÃO DE 1.1/4 P/ 1 C/ ROSCA		UND	30
233	CAIXA DÁGUA POLIETILENO 500L		UND	8
234	CAIXA DÁGUA 500L EM FIBRA DE VIDRO		UND	6
235	CAIXA DÁGUA DE 1000L EM POLIETILENO		UND	10
236	CAIXA DÁGUA DE 300L EM POLIETILENO		UND	10
237	CAIXA DE DESCARGA CAPACIDADE DE 6,8 L		UND	50
238	CAP ESGOTO 50mm		UND	50
239	CAP P/ ESGOTO 100mm		UND	20
240	CAP P/ ESGOTO 150mm		UND	20
241	CAP P/ ESGOTO 40mm		UND	20
242	CIFRÃO ¾		UND	300
243	CURVA GALVANIZADA 1 1/4		UND	10
244	CURVA GALVANIZADA DE 1		UND	10
245	ENGATE FLEXÍVEL DE 40CM		UND	100
246	FITA VEDA ROSCA 12MMX10M		UND	100
247	JOELHO P/ ESGOTO 40mm 90°		UND	300
248	JOELHO P/ ESGOTO 50mm 90°		UND	60
249	JOELHO P/ ESGOTO 75mm 90°		UND	30
250	JOELHO SOLDÁVEL 20mm 90º		UND	400
251	JOELHO SOLDAVEL 20X1/2 MARRON PVC		UND	100
252	JOELHO SOLDÁVEL 32mm		UND	200
253	JOELHO SOLDÁVEL AZUL 20X1//2		UND	60
254	JOELHO SOLDÁVEL MARROM 25mm		UND	40
255	LÁPIS CARPINTEIRO		UND	20
256	LAVATÓRIO COM COLUNA BRANCA		UND	20
257	LAVATÓRIO SUSPENSO OCRE		UND	10
258	LAVATÓRIO SUSPENSO BRANCO		UND	20
259	LUVA GALVANIZADA 1 ¼ C/ ROSCA		PAR	30
260	LUVA GALVANIZADA 1		PAR	65
261	LUVA GALVANIZADA ¼		UND	20
262	LUVA PARA BARRA LISA ½		UND	20
263	LUVA SOLBAVEL ½ AZUL		UND	50
264	LUVA SOLBAVEL 20MM		UND	100
265	LUVA SOLBAVEL 32X1		UND	50
266	LUVA SOLDÁVEL 32MM		UND	100
267	MANGOTE 2P		M	100
268	MANGUEIRA DE 1 PRETA		M	100
269	MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO ¼ X 300 LI		UND	50
270	MANGUEIRA DE ALTA PRESSAO DE 3/8 X 300 LI		UND	100
271	MANGUEIRA PRETA P/ IRRIGAÇÃO 3/4X1,5MM		PEÇA	5
272	MANGUEIRA PRETA PARA IRRIGAÇÃO 1 X 2MM		PEÇA	6
273	MANGUEIRA TRANÇADA 200Li 1/2		M	200
274	MECANISMO COMPLETO – ENTRADA 300 mm SAÍDA 243 MM – K3024/N		UND	12
275	PIA CINTETICA 120CM		UND	10
276	PIA SINTÉTICA 150CM		UND	5
277	RALO SIFONADO 100X50X40MM		UND	20
278	REDUÇÃO ¼ X 1		UND	40
279	REGISTRO DE ESFERA MONOBLOCO SOLDÁVEL 25MM		UND	30

280	REGISTRO DE ESFERA MONOBLOCO SOLDÁVEL 60MM		UND	10
281	REGULADOR DE GAS		UND	10
282	RESISTRO DE ESFERA MONOBLOCO SOLDÁVEL ¾		UND	30
283	RESISTRO DE ESFERA MONOBLOCO SOLDÁVEL 20MM		UND	30
284	RESISTRO DE ESFERA MONOBLOCO SOLDÁVEL 32MM		UND	50
285	RESISTRO DE ESFERA MONOBLOCO SOLDÁVEL 50MM		UND	10
286	REGISTRO DE PRESSAO 14/16 – ½ □□		UND	20
287	RESISTRO DE PRESSAO 14/16 – ¾□□		UND	20
288	RESISTRO DE PRESSAO PARA FUGÃO INDUSTRIAL COM BICO		UND	20
289	SELO MECÂNICO PARA EIXO 3/4		UND	30
290	SELO MECÂNICO PARA EIXO 3/8		UND	20
291	SELO MECÂNICO PARA EIXO 5/8		UND	20
292	SIFRÃO DUPLO		UND	30
293	SIFRÃO SAMFONADO P/PIA		UND	100
294	TÊ 1 x ¼□C/ REDUÇÃO P/ 1□ PVC ROSCÁVEL		UND	10
295	TÊ DE 20X12□ AZUL		UND	30
296	TÊ ESGOTO 75MM		UND	50
297	TÊ ESGOTO DE 100X75		UND	25
298	TE ESGOTO DE 150/150		UND	10
299	TE ESGOTO DE 150X100		UND	15
300	TE MARROM 25MM		UND	100
301	TE PARA ESGOTO 100X100mm		UND	50
302	TE PARA ESGOTO 100X50mm		UND	25
303	TE PARA ESGOTO 40mm		UND	70
304	TE PARA ESGOTO 50mm		UND	35
305	TE PARA REBOLIÇA ¾ TRIPLO		UND	20
306	TE PARA REBOLIÇA 1□□		UND	20
307	TE PARA REBOLIÇA 1□□ TRIPLO		UND	20
308	TE SOLDÁVEL PARA PVC 32mm		UND	60
309	TE SOLDAVEL PARA PVC 60mm		UND	20
310	TE SOLDÁVEL PVC 20mm		UND	50
311	TORNEIRA BOIA CURTA 12Cm X ½		UND	20
312	TORNEIRA COZINHA 15 Cm COM CHUVEIRO ½		UND	20
313	TORNEIRA COZINHA PAREDE 18CM METAL 1/2C 33		UND	15
314	TORNEIRA LAVATÓRIO MESA BICA MÓVEL PEQ METAL ½ C40		UND	15
315	TORNEIRA PRETA JARDIM ½		UND	50
316	TUBO CAIXA DE DESCARGA COM CURVA 40mm		UND	20
317	TUBO PARA ESGOTO 100mm		UND	150
318	TUBO PARA ESGOTO 150mm		UND	30
319	TUBO PARA ESGOTO 40mm		UND	130
320	TUBO PARA ESGOTO 50mm		UND	80
321	TUBO PARA ESGOTO 75mm		UND	50
322	TUBO PVC INROSCAVEL 1 ¼□□		UND	70
323	TUBO PVC INROSCAVEL 1□□		UND	50
324	TUBO PVC INROSCAVEL 2□□		UND	30
325	TUBO SOLDAVEL 20mm		UND	50
326	TUBO ROSCÁVEL PVC 1 ¼□		UND	40

327	TUBO ROSCÁVEL PVC 1		UND	40
328	TUBO SOLDÁVEL 25mm		UND	20
329	TUBO SOLDÁVEL 32mm		UND	80
330	TUBO SOLDAVEL 60mm		UND	20
331	UNIÃO INTERNA ¾		UND	30
332	UNIÃO INTERNA 1		UND	60
333	VALVULA RETENÇÃO VERTICAL 503 1 1/4		UND	26
334	VÁLVULA DE RETENÇÃO ½		UND	20
335	VÁLVULA DE RETENÇÃO 1		UND	90
336	VÁLVULA P/ POÇO 1.1/4		UND	30
337	VÁLVULA P/ POÇO 1		UND	30
338	VÁLVULA P/ POÇO 2.1/2		UND	10
339	VÁLVULA PARA LAVATÓRIO		UND	40
340	VEDA ROSCA 50M		UND	30

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R$

PRAZO - Item 5.0:
PAGAMENTO - Item 18.0:
VALIDADE DA PROPOSTA - Item 8.0:

_____ /_____de_____de_____

_____
Responsável

CNPJ

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2021

MODELOS DE DECLARAÇÕES

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

2.0 - DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação.

Conforme exigência contida na Lei 8.666/93, Art. 32, §2º, o proponente acima qualificado, declara não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

3.0 - DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório.

O proponente acima qualificado declara ter conhecimento e aceitar todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se as condições nele estipuladas.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO

PROPONENTE:
CNPJ:

4.0 - DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.

(identificação completa do representante do licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa do licitante ou do consórcio), doravante denominado (licitante/consórcio), para fins do disposto no item 7.5.1. do Edital do Pregão Presencial nº 00011/2021, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar do Pregão Presencial nº 00011/2021 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta o indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00011/2021, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Presencial nº 00011/2021 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00011/2021, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00011/2021 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Presencial nº 00011/2021 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 00011/2021 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação do Pregão Presencial nº 00011/2021 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

NOME/ASSINATIRA/CARGO
Representante legal do proponente

OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2021

MODELOS DA DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE - HABILITAÇÃO

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE para habilitação previsto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02.

O proponente acima qualificado, declara, em conformidade com o disposto no Art. 4º, Inciso VII, da Lei 10.520/02, que está apto a cumprir plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no respectivo instrumento convocatório que rege o certame acima indicado.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
A DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ELABORADA EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2021

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: ..../2021

Aos .. dias do mês de .. de ..., na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro, Estado da Paraíba, localizada na Rua Frei Fernando - Centro - São Sebastião do Umbuzeiro - PB, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Decreto Municipal nº 010, de 31 de Outubro de 2007; Decreto Municipal nº 002, de 13 de Março de 2013; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00011/2021 que objetiva: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material para construção a fim de suprir as demandas operacionais das Secretarias desta Municipalidade; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO - CNPJ nº 09.074.998/0001-43.

VENCEDOR:						
CNPJ:						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
					TOTAL	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00011/2021, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00011/2021, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00011/2021 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

- ....
Item(s):
Valor: R$
- ....
Item(s):
Valor: R$

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Monteiro.

...	...
...	...

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO V - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2021

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00011/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00052/2021

CONTRATO Nº: ..../...-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO E ....., PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro - Rua Frei Fernando, S/N - Centro - São Sebastião do Umbuzeiro - PB, CNPJ nº 09.074.998/0001-43, neste ato representada pelo Prefeito Adriano Jeronimo Wolff, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua Jose Lafayette, 168 - Centro - São Sebastião do Umbuzeiro - PB, CPF nº 886.250.874-34, Carteira de Identidade nº 338804468 SSP/SP, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ...., ... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ...., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:
Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Presencial nº 00011/2021, processada nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Decreto Municipal nº 010, de 31 de Outubro de 2007; Decreto Municipal nº 002, de 13 de Março de 2013; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:
O presente contrato tem por objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material para construção a fim de suprir as demandas operacionais das Secretarias desta Municipalidade.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº 00011/2021 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:
O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R$ ... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:
Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.
Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA–IBGE

acumulado, tomando–se por base o mês de apresentação da respectiva proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:
As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:
REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:
O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:
a - Entrega: 5 (cinco) dias.
A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
a - Executar devidamente o fornecimento descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:
Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93.
O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até o respectivo limite fixado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:
Executado o presente contrato e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:
A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87, da Lei 8.666/93: a – advertência; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d – simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:
Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Monteiro.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

São Sebastião do Umbuzeiro - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

_____

_____

PELO CONTRATANTE

_____
.....

PELO CONTRATADO

_____